



Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.15 , nº 01 / jan-jun 2021, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

Sociobiodiversidade na escola, promoção da saúde, da sustentabilidade e da cultura: um movimento em construção no município de Mostardas/ RS

Sociobiodiversity at school, health promotion, sustainability and culture: a movement in progress in the municipality of Mostardas / RS

Vanessa Magnus Hendler, Mestranda, UFRGS, vanessa.m.hendler@gmail.com;
Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz, Doutora, UFRGS, elizianerui@yahoo.com.br;
Luciana Dias de Oliveira, Doutora, UFRGS, dialu73@hotmail.com.

Resumo

Em meio a um cenário de má nutrição e mudanças climáticas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar emerge como uma estratégia capaz de ressignificar a atual função dos sistemas alimentares e contribuir para o enfrentamento das referidas problemáticas. Compreendendo as potencialidades imbuídas na oferta de refeições saudáveis em sintonia com a sustentabilidade e a cultura alimentar no ambiente escolar, este artigo tem por objetivo descrever a tentativa de inserção de alimentos da sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Mostardas, no Rio Grande do Sul. Para a apreensão dessa experiência foram realizadas entrevistas com atores locais que participaram e acompanharam, em alguma medida, esse processo. Como desfecho, pontua-se ações desenvolvidas no município, com o intuito de inserir o feijão *sopinha* e o milho *catete* nas escolas, contudo devido a uma série de elementos, os mesmos não foram até o presente momento incluídos, de fato, na alimentação escolar, constituindo um movimento em construção. Nesse sentido, depreende-se a importância de avançarmos nesse debate nos campos teóricos e empíricos.

Palavras chaves

Alimentação escolar; Biodiversidade; Sistemas Alimentares.

Abstract

In the midst of a scenario of malnutrition and climate change, the National School Food Program emerges as a strategy capable of reframing the current role of food systems and contributing to resolving these problems. Understanding the potentialities imbued in the provision of healthy meals in line with sustainability and food culture in the school environment, this article aims to describe the attempt to insert sociobiodiversity products into school food programs in the municipality of Mostardas, Rio Grande do Sul. To understand this experience, interviews were carried out with local actors who participated and accompanied, to some extent, this process. As an end point, actions undertaken in the municipality are highlighted with the aim of inserting *sopinha* beans and *catete* corn in schools; however due to a series of factors, they have not been in fact included, thus constituting a movement under construction. In this sense, the importance of advancing this debate in the theoretical and empirical fields is made clear by this study.

Key words

School feeding; Biodiversity; Food Systems.



INTRODUÇÃO

No ano de 2019 foi publicado, pela Comissão de Obesidade The Lancet, o relatório “A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas” trazendo à luz dos debates internacionais o conceito de “Sindemia Global” (SWINBURN *et al.*, 2019). O documento aponta para a coexistência de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as quais são consideradas as principais causas de problemas de saúde pública no mundo, representando um desafio e uma ameaça para as pessoas, o ambiente e o planeta. Esse fenômeno materializa repercussões negativas nas mais diversas dimensões que compreendem os ambientes naturais e os serviços ecossistêmicos. Além disso, reproduz um cenário de má nutrição no qual o excesso de peso e as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) caminham lado a lado com a subnutrição e a insegurança alimentar. Nesse contexto, o relatório aponta que o excesso de peso corporal acomete mais de 2 bilhões de pessoas no mundo e, em conjunto com outras comorbidades, é responsável por 4 milhões de mortes anualmente. Em contraponto, esse mesmo número de indivíduos sofre de deficiências de micronutrientes, sendo 815 milhões de pessoas cronicamente desnutridas (SWINBURN *et al.*, 2019).

Esse cenário é, em grande medida, reflexo do hegemônico modelo agroalimentar global que se soma a falta de iniciativas e políticas públicas capazes de atuar de forma transversal e sistêmica na intersecção desses fenômenos (SWINBURN *et al.*, 2019). Estudos vêm apontando para a inter-relação entre sistemas alimentares e problemas ambientais e nutricionais, ou seja, a Sindemia Global seria consequência, em grande parte, da forma pela qual os alimentos são produzidos, processados, distribuídos, comercializados e consumidos (MALUF *et al.*, 2015; JOHNS; EYZAGUIRRE, 2006; BÚRIGO *et al.*, 2019; ELIZABETH *et al.*, 2020).

O vigente modelo de produção de alimentos além de mercantilizar a comida, vem fornecendo alimentos de baixa qualidade, colaborando para a redução da biodiversidade e para a consequente simplificação das dietas, potencializando, inclusive, as já existentes desigualdades sociais e os danos causados ao meio ambiente. Ressalta-se que, nesse contexto, a perda de biodiversidade se relaciona diretamente com a saúde de um ecossistema e com a sua capacidade de resiliência mediante situações atípicas (pragas, doenças e desastres ambientais). Além disso, a agricultura industrial, ao priorizar a

produção de *commodities* voltadas, sobretudo, para a exportação em detrimento dos produtos da sociobiodiversidade, colabora não apenas com a extinção da espécie, mas também com toda a cultura atrelada ao seu cultivo: técnicas de produção e preparo, formas de colheita e beneficiamento, receitas, saberes, sabores e rituais associados (AZEVEDO, 2004; JOHNS; EYZAGUIRRE, 2006; BÚRIGO *et al.*, 2019).

Frente a esse cenário, emerge a necessidade de se repensar a atual função desse sistema alimentar que opera em escala planetária e reavaliar as formas de uso e distribuição da terra, assim como os modelos de produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos. Sendo assim, a lógica dos sistemas alimentares deveria priorizar a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de modo a contribuir para: “(i) permitir que todas as pessoas usufruam de dietas nutritivas e saudáveis, (ii) regenerar ecossistemas, (iii) mitigar a mudança climática, e (iv) fomentar a justiça social, focando na resiliência e no bem-estar das comunidades rurais mais pobres” (CARON *et al.*, 2020, p.43).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é reconhecido como uma importante estratégia capaz de contribuir para o enfrentamento da Síndrome Global, ou seja, das problemáticas relacionadas à produção e ao consumo de alimentos, bem como para ressignificar as relações entre sistemas alimentares, saúde e ambiente (TRICHES; SCHNEIDER, 2010; REAL; SCHNEIDER, 2011; NASCIMENTO; OLIVEIRA; SILVA, 2020; BRASIL, 2017a).

O PNAE é considerado um dos mais importantes e abrangentes programas brasileiros no que se refere ao atendimento universal aos escolares, a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a promoção da SAN. É importante ressaltar que, mesmo no contexto da pandemia de COVID-19, a qual impôs a necessidade de isolamento social e consequente suspensão das aulas presenciais, o PNAE continuou sendo um importante meio para garantir o DHAA, destacando-se a continuidade e ampliação de repasse financeiro aos municípios e estados, a compra e distribuição de alimentos e cestas básicas para os estudantes, além da manutenção da aquisição de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2020a;2020b).

Desde a sua constituição na década de 1950, esta política pública passou por inúmeras transformações e avanços, sobretudo, a partir de 2009, por meio da Lei nº

11.947 que incorpora o desenvolvimento sustentável e o respeito a cultura alimentar nas suas diretrizes. Desse modo, a partir do referido marco legal houve maior preocupação em adequar o cardápio escolar a realidade local, coadunando aspectos nutricionais, a diversidade agrícola da região, o respeito as particularidades do território e as tradições alimentares (BRASIL, 2009a; PEIXINHO, 2013).

Além dos pressupostos legais do PNAE que estabelecem a obrigatoriedade de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária e as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, há o estímulo para a compra de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. Soma-se a isso as oportunidades também abertas, a partir de 2009, para a inclusão de produtos da sociobiodiversidade¹ (BRASIL, 2020c; SOUSA *et al.*, 2015) que são definidos como:

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

(BRASIL, 2009b, p. 9)

Entretanto, não obstante aos avanços legais e as potencialidades intrínsecas a intersecção entre alimentação escolar e sociobiodiversidade no que tange a oferta de refeições nutritivas, a conservação dos ecossistemas e a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, estudos vêm apontando a baixa presença, ou mesmo inexistência, desses alimentos nos cardápios escolares (SOUSA *et al.*, 2015; GABRIEL *et al.*, 2012; ROCKETT *et al.*, 2019; GIRARDI *et al.*, 2018).

Compreendendo a importância de se avançar nesta discussão, o artigo propõe descrever a tentativa de inserção de alimentos da sociobiodiversidade na alimentação

¹ No contexto macropolítico foi publicada, em 11 de maio de 2016, a Portaria Interministerial nº 163, listando as espécies consideradas da sociobiodiversidade com potencial para serem comercializadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do PNAE. Essa Portaria foi revogada pela Portaria Interministerial nº 284, de 30 de maio de 2018, que incluiu novas espécies a listagem e atualizou a legislação anterior (BRASIL, 2016; 2018).

escolar no município de Mostardas, no Rio Grande do Sul, destacando aspectos importantes sobre essa trajetória no plano local. Entende-se que discutir a experiência de um município a luz dos atuais debates acadêmicos possibilitará a reflexão acerca dos mecanismos e potencialidades que perpassam esse movimento e que poderão contribuir com o aprimoramento de políticas de SAN.

O trabalho está organizado em quatro seções, incluindo esta parte introdutória. A seção subsequente apresenta o contexto empírico e os recursos metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados. Na sequência, apresenta-se os resultados, buscando encontrar subsídios na literatura acadêmica que auxiliem na compreensão da experiência em estudo. Por fim, nas considerações finais, sintetiza-se as principais apreensões do estudo.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório e descritivo que foi desenvolvido no município de Mostardas, localizado na região litorânea do estado do Rio Grande do Sul (RS). O município, situado entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, apresenta uma grande diversidade de recursos naturais, possuindo uma das principais unidades de conservação do sul do país, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP), que abriga uma vasta variedade de aves migratórias e demais espécies do reino animal e vegetal, algumas ameaçadas de extinção. A região também exibe uma pluralidade de paisagens como dunas, campos litorâneos, matas de restinga, banhados, sangas, lagoas e praias (CASAGRANDE, 2012; MARQUES, 2019; PELEGRINI, 2012). Para exemplificar tamanha riqueza biológica, cabe citar alguns dos produtos da sociobiodiversidade encontrados no município: butiá, milho catete, ananá, araçá, ora-pro-nóbis, banana do mato, feijão sopinha, arroz quilombola, araruta, feijão miúdo, mandioca figueira, fisalis, dentre outros.

Para além da diversidade no plano biológico, a multiplicidade também se manifesta no plano social. Somado as origens indígenas e açorianas, houve, em Mostardas, a organização de quilombos que, atualmente, constituem três comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares: Beco dos Coloidianos, Casca e Teixeira².

²Disponível no site da Fundação Cultural Palmares, em: <http://www.palmares.gov.br/wp->



A agricultura familiar representa uma das principais atividades econômicas dos grupos quilombolas no município, sendo parte dos alimentos utilizados para o autoconsumo e o restante comercializado em feiras na região (RAMOS, 2011; VANINI, 2010; MARQUES, 2019). Ademais, em algumas famílias, parte dos integrantes, em especial os homens, trabalham nas plantações de arroz próximas as comunidades (CASAGRANDE, 2012). No âmbito do PNAE, Mostardas possui treze escolas municipais, sendo uma destas quilombola, totalizando um público de mais de 1500 alunos atendidos.

A coleta de dados para a pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2020. Em virtude do contexto de pandemia de COVID-19, a pesquisa ocorreu de forma totalmente remota por meio de ligações e trocas de mensagens e áudios pelo aplicativo WhatsApp. Após um primeiro contato para apresentação da pesquisadora e dos propósitos da pesquisa, agendava-se, na sequência, a entrevista com os atores locais. Para nortear a conversa, fez-se uso de roteiro com perguntas abertas e fechadas, abordando questões relacionadas a: a) alimentação escolar; b) aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para o PNAE; c) agricultores familiares; d) comer sociobiodiversidade; e) movimentos e iniciativas locais de valorização da sociobiodiversidade; f) produção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade; e g) tentativas de inclusão da sociobiodiversidade nos cardápios escolares. Após o consentimento das pessoas, as conversas por ligação eram gravadas. Realizou-se também análise documental das Chamadas Públicas (de 2019 e 2020) com o intuito de avaliar a variedade de alimentos disponíveis nos editais e verificar a presença de produtos da sociobiodiversidade nos certames. Os documentos foram requeridos a nutricionista responsável técnica pelo PNAE no município.

A amostra de indivíduos entrevistados foi composta por interlocutores que, em alguma medida, haviam acompanhado o movimento de inserção de alimentos da sociobiodiversidade na alimentação escolar. No âmbito da rede municipal de ensino, contou-se professores (três indivíduos), direção (dois indivíduos³) e manipuladoras de alimentos (três indivíduos) de três escolas: duas escolas urbanas e uma escola rural situada

<content/uploads/2015/07/certificadas-02-08-2019.pdf>. Acesso em: 30 out. de 2020.

³ A responsável pela Direção de uma das escolas contatadas, não retornou ao contato da pesquisadora.

em território quilombola. No que se refere a operacionalização da Política de Alimentação Escolar, foram entrevistadas três nutricionistas responsáveis técnicas pela alimentação escolar⁴ que atuaram no período de 2014 a 2020, um representante do setor de compras da Prefeitura e um do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Também foram contatados duas agricultoras familiares e um representante de cada uma das seguintes instituições/entidades locais: Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural que tem apoio de recursos públicos), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Cooperativa dos Povos Tradicionais de Mostardas (COOPTRAM) e um ator externo que vem atuando como colaborador nas duas últimas instituições citadas. E, para completar a amostra, entrevistou-se uma professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que desenvolve um projeto de pesquisa com o tema da sociobiodiversidade na região, totalizando vinte indivíduos entrevistados. De modo a garantir o anonimato das informações, os participantes serão identificados nos resultados com nomes fictícios.

Realizou-se a transcrição na íntegra do material empírico, os quais, em alguns momentos, serão apresentados nos resultados sem correção ortográfica. Como recurso analítico utilizou-se a Análise de Conteúdo do tipo temático, proposta por Minayo (2007). Esse método compreende três etapas: pré-análise, exploração do material com tratamento dos resultados obtidos e, por fim, interpretação.

Para concluir a descrição dos aspectos metodológicos, acrescenta-se que este trabalho faz parte de uma pesquisa-ação multicêntrica⁵ intitulada “Alimentação adequada e saudável no contexto da alimentação escolar: difusão do consumo de produtos da sociobiodiversidade regional”, a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob protocolo de nº. 82570018.2.1001.5347.

⁴ De 2014 a 2020, a responsabilidade técnica pela alimentação escolar em Mostardas foi assumida por três nutricionistas: Marcela, de 2014 a abril de 2019 (concurso); Bárbara, de maio de 2019 a maio de 2020 (contrato) e Amanda, que assumiu o cargo em junho de 2020 (concurso).

⁵ O projeto vem sendo executado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade de Buenos Aires (UBA), na Argentina.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O DESPERTAR PARA A PROMOÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Inicia-se a discussão apresentando e contextualizando aspectos importantes para a compreensão do movimento de inserção de produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar em Mostardas.

Como primeiro elemento dos achados da pesquisa é preciso destacar que muitos alimentos da sociobiodiversidade, como o feijão sopinha e o milho catete, não compõem mais o cardápio alimentar diário da população local. O seu consumo fica restrito a determinadas festividades, manifestações culturais, eventos e encontros de família. O consumo de tais produtos está, ainda, atrelado a dimensão geracional e, de modo geral, os mais jovens (crianças e adolescentes) desconhecem esses alimentos.

A falta de alimentos da sociobiodiversidade na mesa da população mostardense, é reflexo, também, da falta destes nas lavouras e nos ecossistemas. Seu Olavo, agricultor e funcionário no STR, lamenta a perda de espécies locais em virtude do avanço das monoculturas de arroz, soja e pinus na região. Esse sistema agrícola que opera na lógica da produção de *commodities* voltadas a mercados globais, tem origens no processo de modernização da agricultura, o qual transformou significativamente o modo de se fazer agricultura e as inter-relações rurais, assim como ocasionou diversos impactos negativos sobre as paisagens naturais, os ecossistemas, a biodiversidade e, conseqüentemente, sobre a diversidade alimentar e a SAN da população (MAZOYER; ROUDART, 2010; WANDERLEY, 2014; BÚRIGO *et al.*, 2019; JOHNS; EYZAGUIRRE, 2006).

Em meio a um contexto de mudanças nas dinâmicas no rural, Olavo relata que, a partir da década de 1990, ações e discussões voltadas a promoção de espécies que compõem a sociobiodiversidade local passaram a ser debatidas no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Conforme relatos dos entrevistados, o despertar para tal conscientização partiu, em grande medida, da participação da entidade e demais agricultores (as) no Projeto Terra Solidária, em 1999⁶.

⁶ O Projeto Terra Solidária é um programa de educação para o meio rural desenvolvido nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pela Escola Sindical Sul da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Projeto Terra Solidária, iniciado em 1999, é fruto de um convênio entre o Ministério do Trabalho e a CUT, o qual contempla a escolarização



A participação nesse Projeto despertou, entre os produtores locais, o cuidado com as práticas agrícolas, estimulando a realização de outros modos de produzir e plantar mais sustentáveis, alinhados a valorização e ao resgate de espécies da sociobiodiversidade que vinham se perdendo na região, a exemplo o feijão sopinha. Acerca desse “movimento” que, na década de 1990, começava a ser desenhado em Mostardas, julga-se oportuno situar o contexto sociopolítico em que essa conscientização emergia.

Os anos 1990 foram marcados pela redemocratização que se institucionalizava com o fim do regime militar no Brasil, os desdobramentos da Constituição Federal, promulgada em 1988, a hegemonia do neoliberalismo e a (re)emergência dos movimentos sociais (WANDERLEY, 2014; MENEZES; PORTO; GRISA, 2015). Nesse contexto, considera-se importante fazer menção a dois avanços conquistados por meio das mobilizações e lutas coletivas: a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, iniciado em 1994, e o reconhecimento político e institucional da categoria social “agricultura familiar”, por meio da criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015).

Com o contexto político decorrente dos anos 1990 que ainda pairava no início dos anos 2000, ações em prol de agricultores (as) familiares começaram a ganhar força, de modo a apoiar e instigar os produtores a resgatar espécies alimentícias circunscritas a biodiversidade local. Nesse sentido, iniciou-se em 2006, o Projeto Arroz Quilombola (*Oryza glaberrima*)⁷ que tinha o intuito de resgatar a semente desse arroz e difundir o seu plantio, vislumbrando a sua reintrodução na dinâmica alimentar das famílias remanescentes de quilombo e a difusão da semente para outros mercados no Rio Grande do Sul e demais estados.

Esse Projeto, que tinha como público-alvo agricultores(as) quilombolas, foi

básica, a capacitação técnico profissional e a formação política dos agricultores familiares (BEDUSCHI, 2003; ZUANAZZI, 2018) de modo a, “estimular o Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas; a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos” (CUT, 1998 *apud* BEDUSCHI, 2003, p.68)

⁷ *Oryza glaberrima* também conhecida por arroz vermelho, é nativa da África, chegando ao Brasil por volta dos séculos XVI-XVII por meio dos negros escravizados, durante o tráfico negreiro (CARNEY; MARIN, 2004).

coordenado pelo Núcleo Ecologia e Agriculturas da Guayí⁸ e contou com a colaboração e participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mostardas, do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da UFRGS, de professores e pesquisadores da mesma instituição, da Federação das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A proposta foi financiada pela Petrobrás e contemplou outros municípios do estado além de Mostardas, como Tavares, Palmares do Sul e Restinga Seca. Dentro do escopo de suas iniciativas, algumas ações perpassaram os espaços de ensino. No período de 2008-2010 foram realizadas oficinas nas escolas, com o propósito de difundir o conhecimento do arroz quilombola entre os estudantes. Na ocasião, as dinâmicas compreenderam rodas de conversa sobre o alimento e a degustação do arroz quilombola de leite. Contudo, na época, a iniciativa encontrou certa resistência por parte das merendeiras que alegavam que as crianças não iriam gostar do preparo, assim como o estranhamento de alguns alunos com a receita. Como resultado do Projeto Arroz Quilombola no tocante a alimentação escolar, a atuação nas escolas consistiu em ações pontuais que, no entanto, viriam a ser retomadas alguns anos depois com novas propostas para a inserção de alimentos da sociobiodiversidade nos cardápios.

COMER SOCIOBIODIVERSIDADE NA ESCOLA: (IM)POSSIBILIDADE NO ÂMBITO DO PNAE

Em paralelo a execução do Projeto Arroz Quilombola, outras transformações importantes continuavam acontecendo no plano da Política de Alimentação Escolar. No ano de 2009, foi promulgada a Lei Federal nº 11.947, avançando em diversos aspectos no que diz respeito ao direcionamento e abrangência da Política, ao fortalecimento do controle social, a qualidade da alimentação oferecida nas escolas e ao entendimento da alimentação escolar como um direito dos alunos. No campo das compras públicas, o referido marco legal inseriu o agricultor (a) familiar nesse mercado institucional, possibilitando modificações positivas no meio rural, nas dinâmicas das famílias produtoras, na renda e na sua autonomia (BRASIL, 2009a), configurando assim terreno

⁸ A Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, fundada em 2001, visa incentivar a organização da sociedade civil na luta e concretização dos direitos humanos, de modo a construir de uma sociedade mais justa e solidária. Para saber mais, acesse: <http://guayi.org.br/>. Acesso em: 13 jan. de 2021.



fértil para que sementes, anteriormente plantadas, pudessem germinar nesta “nova” conjuntura que abria espaço para mudanças.

Ao encontro das transformações no ambiente macropolítico, no cenário micro iniciativas que buscassem coadunar as “novas diretrizes” do PNAE com as necessidades dos movimentos locais começaram, em 2015, a serem articuladas por alguns atores, inspirando a realização de uma tentativa de inserção do feijão sopinha na alimentação escolar de Mostardas. Segundo relatos da nutricionista Responsável Técnica (RT) pela alimentação escolar no referido ano, o retorno dos alunos quanto a aceitação do feijão sopinha foi bastante negativo, visto que os mesmos tinham preferência pelo feijão preto. Devido ao desfecho da experiência, a nutricionista utilizou toda a quantidade de feijão sopinha que tinha em estoque e optou por não o incluir, naquele momento, nos editais de compra (Chamadas Públicas), pois, de modo geral, o produto não havia sido aprovado pelos escolares – cabe acrescentar que o feijão sopinha apresenta como características físicas, coloração mais clara e grão menor em comparação ao feijão preto. A única escola que o feijão sopinha teve melhor aceitação foi a quilombola; isso, segundo a nutricionista, estaria relacionado a condição de vulnerabilidade social desse grupo, o que torna a alimentação escolar uma das principais, se não a única, refeição realizada pelo aluno ao longo do dia.

Olavo, que na época acompanhou o processo como integrante do CAE, ao relembrar o episódio comentou, por outro lado, que “*o pessoal perdeu até a formas de como fazer, de como preparar os pratos*”, incidindo, assim, no sabor e conseqüentemente na reprovação dos alunos. Argumentando sobre essa situação, uma das nutricionistas entrevistadas comentou que, assim como a discussão acerca da sociobiodiversidade, até então, ela não tinha familiaridade e não sabia trabalhar com o feijão sopinha. Somado a essas questões, a profissional mencionou outros aspectos que podem ter contribuído para o referido desfecho da experiência. Durante a sua atuação na Secretaria de Educação, ela permanecia a maior parte do tempo atrelada as atividades burocráticas e administrativas relativas à execução do PNAE, não conseguindo explorar a sociobiodiversidade local e sensibilizar a comunidade escolar por meio das ações Educação Alimentar e Nutricional (EAN). A nutricionista também salientou a resistência por parte de algumas merendeiras para a oferta de alimentos da sociobiodiversidade, reiterando a situação descrita no âmbito

do Projeto Arroz Quilombola, “*elas não eram muito chegadas a fazer essas coisas, achavam que não ia ter retorno, que as crianças não iriam gostar*”.

Um aspecto relevante sobre o cultivo destes alimentos apareceu na fala de alguns entrevistados. Para os interlocutores há estigmas, ou seja, quem planta o feijão sopinha, o feijão miúdo, o milho catete, a melancia de porco, entre outros alimentos da sociobiodiversidade, “*é o pobre, o pequeno agricultor*” ou ainda “*os grandes senhores eram os cara do arroz, os agricultores que plantavam hortifruti não eram nada*”. Ainda, apesar de haver uma produção da sociobiodiversidade para o autoconsumo familiar, muitos agricultores também não acreditavam que os mesmos possuíam valor de mercado para serem comercializados.

Para apreender essa complexa questão, é possível buscar elementos na discussão sobre distinção social relacionada a comida (CONTRERAS; GRACIA, 2011; PILLA, 2005; SEYMOUR, 2005). De acordo com Contreras e Gracia (2011, p.211) “as pessoas podem ser socialmente identificadas e classificadas segundo o que comem, da mesma forma como são identificadas e construídas por meio da comida.”.

A alimentação historicamente esteve atrelada a uma forma de manifestar *status* e distinguir os indivíduos conforme a sua posição social (PILLA, 2005). Assim, apreende-se que a comunidade de Mostardas estaria relacionando o consumo da sociobiodiversidade com uma “marca” negativa, um estigma, pois em períodos anteriores a sua produção e consumo esteve atrelado a períodos de escassez e sofrimento vivenciados durante a escravidão. Os relatos sobre a história da origem do feijão sopinha e do arroz quilombola contam que as sementes desses alimentos vieram para o Brasil durante o tráfico negreiro, trazidas no cabelo das mulheres e crianças escravizadas como forma de patuá (amuleto) e para garantir o sustento (alimento) nas terras desconhecidas. Ambos os alimentos compunham a alimentação das pessoas escravizadas e dos que se refugiavam nos quilombos, tonando-se, na época, conhecidos como “comida de senzala”.

A luz dessa experiência, verifica-se que tanto a produção quanto o consumo de determinados produtos da sociobiodiversidade são permeados por estigmas e histórias que remetem a um passado de violência e opressão. Partindo dessa compreensão, infere-se que tais dimensões sociais, históricas e simbólicas podem constituir questões importantes para a compreensão dos desafios e obstáculos que se colocam, na prática,

para a difusão desses alimentos no âmbito do PNAE.

COMER SOCIOBIODIVERSIDADE NA ESCOLA: A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE NESSE PROCESSO

No movimento de valorização dos produtos da sociobiodiversidade é importante mencionar a participação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da UFRGS nesse processo. A aproximação da universidade com o município, mais especificamente com a COOPTRAM e o STR, se iniciou em 2016, um ano depois da tentativa de inserção do feijão sopinha nas escolas municipais. No contexto do projeto “Alimentação Adequada e Saudável no contexto da alimentação escolar: difusão do consumo de produtos da sociobiodiversidade regional”, foram realizadas diversas ações: análise de composição química do feijão sopinha, do arroz quilombola e do milho catete para conhecer as suas características nutricionais; rodas de conversas com os atores locais; oficinas culinárias para aprender com a comunidade receitas tradicionais a base dos produtos da sociobiodiversidade; momento de formação com as manipuladoras de alimentos e aplicação dos testes de adesão e aceitabilidade de preparações contendo o feijão sopinha e a farinha de milho catete, em cinco escolas municipais (duas urbanas e três rurais, incluindo a escola quilombola).

Acerca dos testes de aceitabilidade, estes foram desenvolvidos nos anos de 2018 e 2019, seguindo a metodologia recomenda pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2017b). A legislação do PNAE orienta que a entidade executora “deve aplicar teste de aceitabilidade aos estudantes sempre que introduzir no cardápio alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente” (BRASIL, 2020c, p.10). Como resultado, observou-se que, apesar de muitos alimentos não fazerem parte do hábito alimentar dos alunos, os preparos tiveram uma boa aceitação, sobretudo, o bolo de farinha de milho catete.

Ainda, no âmbito do Projeto supracitado, outras ações estavam previstas para o ano de 2020, entretanto, em virtude da situação de calamidade pública ocasionado pelo Coronavírus (COVID-19) não foi possível executá-las. Contudo, a equipe de pesquisa pretende continuar o trabalho em parceria com a COOPTRAM, bem como estabelecer



diálogo com a atual nutricionista do município para avançar no processo de inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar.

COMER SOCIOBIODIVERSIDADE NA ESCOLA: OS DESFECHOS

Após a aplicação dos primeiros testes de aceitabilidade nas escolas, pelo projeto da UFRGS, houve algumas tentativas de inclusão de produtos da sociobiodiversidade (feijão sopinha e farinha de milho catete) na Chamada Pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE. A primeira tentativa ocorreu em 2019 quando, com o objetivo de receber projetos de venda de produtos da sociobiodiversidade, a nutricionista inseriu no edital a farinha de milho com um preço (R\$ 8,50/Kg) proporcional ao da farinha de milho catete (R\$9,00/Kg), ou seja, estipulou um valor de aquisição para a farinha de milho que contemplasse o valor monetário da farinha de milho catete. Entretanto, a Secretaria de Educação não recebeu nenhuma proposta de venda do produto e a profissional mencionou desconhecer os motivos pela não oferta do gênero alimentício.

A segunda tentativa ocorreu em 2020, após o segundo episódio de aplicação dos testes de aceitabilidade nas outras três escolas do município, sob acompanhamento de uma nova nutricionista. Contudo, apesar da profissional incluir o feijão sopinha e o milho catete na lista de alimentos que iria compor a Chamada Pública, o setor de compras da Prefeitura ao dar prosseguimento com a operacionalização do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar, acabou não incluindo os referidos produtos. Os motivos para tal acontecimento não foram plenamente esclarecidos pelos entrevistados, todavia, foi mencionado a possibilidade de não terem conseguido realizar a pesquisa de preço com os produtos da sociobiodiversidade e, por isso, eles acabaram não sendo inclusos neste certame.

A respeito do processo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no ano de 2020, é importante pontuar alguns aspectos da experiência de Mostardas: 1º) devido ao contexto de pandemia e a suspensão das aulas presenciais na rede pública, o processo de compras que estava previsto para o início do primeiro semestre acabou sendo executado em setembro; 2º) dos cinquenta e nove produtos listados no edital de Chamada Pública, a Secretaria de Educação recebeu propostas de



apenas três alimentos – carne, suco de uva integral e tempero – de fornecedores (agricultores e Cooperativa) da região serrana do estado e de Tavares, município vizinho. Em conversas com a atual nutricionista e com o extensionista rural da Emater, os interlocutores relataram como possíveis motivos da baixa adesão nesse edital: o curto período de vigência do mesmo (2-3 meses); a falta de adequado planejamento por parte da Secretaria de Educação e aviso prévio sobre a publicação da Chamada Pública, o que teria prejudicado a divulgação e a organização dos projetos de venda com os agricultores. Ou seja, no ano de 2020 foi realizado um único processo de compra de alimentos da agricultura familiar, o qual além de não contemplar os produtos da sociobiodiversidade, teve baixíssima participação dos produtores rurais. Considerando essas circunstâncias, a nutricionista, a Emater e o CAE estariam articulando reuniões para discutir a estruturação da próxima Chamada Pública e, com isso, aprimorar o diálogo e a comunicação entre os envolvidos e evitar situações desse tipo no próximo processo.

Nesse sentido, apesar do município já ter avançado em alguns aspectos no que diz respeito a mobilização e conscientização de atores sobre a temática da sociobiodiversidade, ainda há desafios que se colocam no percurso e incidem sobre o desfecho do movimento de inclusão na alimentação escolar. Alguns desses desafios, como apontado anteriormente, estariam relacionadas às dimensões culturais e históricas da produção e consumo de produtos da sociobiodiversidade, assim como às questões de comunicação e de ordem burocrática acerca dos processos de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Assim, a inclusão da sociobiodiversidade na alimentação escolar de Mostardas constituiria um processo em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar representa uma importante estratégia capaz de promover a Segurança Alimentar e Nutricional, tanto por meio da oferta de refeições saudáveis aos alunos nas escolas, quanto pela inclusão socioproductiva de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais nesse mercado institucional, gerando renda, autonomia e inclusão social e contribuindo por fim para a construção de sistemas alimentares promotores de saúde e sustentabilidade. Ou seja, há muitas potencialidades imbricadas nesse processo, as quais

podem atuar frente a atual Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas, inclusive no que se tem discutido como as causas mais basilares da atual pandemia de COVID-19.

No município de Mostardas, o despertar para tal movimento se inicia na década de 1990, quando agricultores e entidades representativas destes, passam a reavaliar as práticas agrícolas que vinham sendo empregadas até então e a olhar para a biodiversidade circunscrita na região como uma possibilidade para dinamizar a economia local e alimentar a população com alimentos nutritivos e sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Ao encontro dos avanços do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o processo de valorização dos produtos da sociobiodiversidade que emergia em Mostardas, vislumbrou no contexto da Política a possibilidade de reafirmar os seus propósitos. Nessa perspectiva, com o apoio de atores e gestores locais e da universidade, foram desenvolvidas algumas tentativas de inserção do feijão sopinha e da farinha de milho catete em escolas da rede de ensino municipal. Entretanto, devido a uma série de fatores aqui descritos, até o presente momento nenhum produto da sociobiodiversidade foi, de fato, inserido na alimentação escolar, representando um processo ainda em construção.

Por fim, destaca-se a importância de estudos que discutam experiências e possibilidades de inclusão da sociobiodiversidade no ambiente escolar para que, assim, se possa inspirar novos movimentos, contribuir e avançar com mobilizações nutridas pelos marcos legais e projetos nas esferas locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E. Alimentação e Modos de Vida Saudável. **Saúde em Revista**. Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 31-36, 2004.

BEDUSCHI, M. L. O Projeto Terra Solidária desenvolvido pela Escola Sul – CUT: Uma experiência cutista de Educação profissional. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BÚRIGO, A. C. *et al.* **Cadernos de estudos: saúde e agroecologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ANA; ABA-Agroecologia, 2019. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Saude_e_Agroecologia_web.pdf.



Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade**. Brasília: 2009b.

Disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 163 de 11 de maio de 2016. Institui a lista de espécies nativas da sociobiodiversidade brasileira para fins de comercialização in natura ou de seus produtos. Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Boas Práticas de Agricultura Familiar para a alimentação escolar**. Brasília-DF: FNDE, 2017a. Disponível em:

http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agricultura_familiar/caderno_boas_praticas.pdf. Acesso em: 14 jan. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual para aplicação dos Testes de Aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2 ed. Brasília-DF: FNDE, 2017b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 284 de 30 de maio de 2018. Institui a lista de espécies da sociobiodiversidade, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados, no âmbito das operações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 02 de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de

saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE. 2020c.

CARON, P. *et al.* Sistemas Alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In.: PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio. **Sistemas Alimentares no século XXI: Debates Contemporâneos**. Editora UFRGS, 2020. p.25- 50.

CARNEY, J. A.; MARIN, R. A. Saberes agrícolas dos escravos africanos no Novo Mundo. **Ciência Hoje**, v. 35, nº 205, p. 26-33, 2004.

CASAGRANDE, A. Dinâmicas ambientais e produção do conhecimento intergeracional nas comunidades da Lagoa do Bacupari e de remanescente de quilombo da Casca no litoral do Rio Grande do Sul. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2012.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. Alimentação, Sociedade e Distinção Social. In: CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p.211-287.

ELIZABETH, L. *et al.* Ultra-Processed Foods and Health Outcomes: A Narrative Review. **Nutrients**, v. 12, n. 1955, p. 1-36, 2020.

GABRIEL, C. G. *et al.* Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração deste processo em duas capitais brasileiras. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 25, n. 3, p. 363-372, 2012.

GIRARDI, M. W. *et al.* Oferta de preparações culinárias e alimentos regionais e da sociobiodiversidade na alimentação escolar: um estudo na Região Sul do Brasil, **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 25, n. 3, p. 29-44, 2018.

JOHNS, T.; EYZAGUIRRE, P. B. Linking biodiversity, diet and health in policy and practice. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 65, n. 2, p. 182–189, 2006.

MALUF, R. S. *et al.* Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2303–2312, 2015.

MARQUES, G. P. O cuidar feminino: saberes e fazeres tradicionais de benzedeadas quilombolas de Mostardas-RS. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências



Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo. **Do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico. Série Políticas sociais e de Alimentação**. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NASCIMENTO, E. R. M.; OLIVEIRA, L. D.; SILVA, V. L. A alimentação como estratégia para proteção social. In.: PREISS, P.V.; SCHNEIDER, S. **Sistemas Alimentares no século XXI: Debates Contemporâneos**. Editora UFRGS, 2020. p. 219- 238.

PELEGRINI, F. F. A. Percepção ambiental da comunidade de Mostardas na importância e conservação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS. 2012. 113f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Biologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 18. n. 4, p. 909-916, 2013.

PILLA, M. C. B. A. Gosto e deleite: construção e sentido de um menu elegante. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 53-69, 2005.

RAMOS, J. D. D. Identidade quilombola: mobilização política e manifestações culturais em Beco dos Coloidianos, Rio Grande do Sul. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**. Lajeado, v. 18, n. 2, p.57-79, 2011.

ROCKETT, F. C. *et al.* Family farming and school meals in Rio Grande do Sul, Brazil. **Ciência Rural**. Santa Maria, v. 49, n.2, p.1-12, 2019.

SEYMOUR, D. A construção social do gosto. In: SLOAN, Donald (Org.). **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri (SP): Manole, 2005.

SOUSA, Anete Araújo de et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes

do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 28, n. 2, p. 217-229, 2015.

SWINBURN, B. *et al.* **The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report**. The Lancet, janeiro 2019. Disponível em: <https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic>. Acesso: 03 fev. 2021.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: Reconnectando o consumo a produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933–945, 2010.

VANINI, M. Uso de plantas medicinais em um território quilombola do município de Mostardas – Rio Grande do Sul. 2010. 90f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 25-44, 2014.

ZUANAZZI, N. R. Projeto juventude semeando terra solidária: avanços e limites. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.